

O menor Alessandro Martins da Rocha foi espancado até à morte na madrugada de ontem, ao sair de um pagode. O crime provocou revolta na Ceilândia

Pág. 8

O padoleiro Marcelo dos Santos, do Hospital Regional da Ceilândia, é acusado de atacar sexualmente um garoto de 13 anos em um consultório

Pág. 8

Cidades

DF & GOIÁS

Brasília, terça-feira, 23 de novembro de 1993

CPI ^{Orçamento} esclarece verbas para o GDF

A Subcomissão de Emendas, da CPI do Orçamento, confirmou ontem que a União não liberou a verba constante no Orçamento para 1991, pedida para o metrô de Brasília em emenda elaborada pelo relator-geral João Alves (PPR-BA). A subcomissão confirmou, porém, a liberação, pelo Ministério da Saúde, da verba solicitada, também por Alves, para o Hospital do Paranoá. Já a verba para a Papuda, também de Alves, foi contingenciada no Orçamento de 1991 e liberada em 1992.

A origem da emenda para o metrô também foi esclarecida pelo senador Valmir Campelo (PTB). "Na época, querendo marcar minha presença na obra do metrô, apresentei emenda no valor de CR\$ 100 milhões. O mesmo aconteceu com o deputado Augusto Carvalho (PPS), que apresentou emenda de CR\$ 5 bilhões. Ocorre que ambas as emendas foram rejeitadas pelo relator-geral do Orçamento, deputado João Alves, que apresentou uma outra emenda no valor de CR\$ 1 bilhão", revelou.

Valmir Campelo explicou que o GDF não recebeu nenhum recurso para o metrô no Orçamento de 1991. "A primeira vez que o metrô aparece é no Orçamento de 1992 e a emenda foi apresentada pelo próprio Executivo. Portanto, não há motivo para quererem incriminar o governador Joaquim Roriz, tendo em vista que o GDF não recebeu dinheiro em 1991".

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, esclareceu que a Comissão não encontrou qualquer correlação com o Orçamento após analisar as 987 páginas da degravação da conversa entre o secretário particular do governador Joaquim Roriz, Fábio Simão, e o proprietário da Via Brasil Táxi Aéreo, Leonilson Salvador da Silva. Passarinho adiantou, no entanto, haver "suspeição de outra natureza de ilícitos" e que, por isso a CPI encaminhou o caso para a Procuradoria Geral da República e o Ministério Público do DF.

Inquérito — A Comissão de Inquérito Administrativo criada pelo GDF para apurar denúncias de tráfico de influência por Fábio Simões, ex-secretário particu-

lar do governador Joaquim Roriz, começou a ouvir ontem a série de 18 fitas cassete com conversas telefônicas que podem comprometer o ex-secretário. O material gravado aponta uma possível ligação de Fábio Simão com favorecimentos na inclusão de emendas e liberação de verbas públicas.

A comissão é presidida pelo procurador-geral do DF, Alfredo Henrique Brandão e foi criada pelo Decreto nº 15.200, do governador Joaquim Roriz. Também fazem parte da comissão o delegado de polícia Marcos Antônio da Silva e o diretor do Centro de Assistência Judiciária da Procuradoria do DF, Arquimedes Machado Cunha. De acordo com Alfredo Brandão, as 18 fitas, que foram transcritas em duas mil laudas, vão ser divididas entre os membros da comissão, para agilizar o trabalho.

Até a próxima 6ª feira, a comissão pretende concluir a etapa de investigação do conteúdo das fitas. Para o presidente da comissão o material vai servir apenas como fonte de nomes e datas ligados às faltas administrativas cometidas por Fábio Simão durante o exercício do cargo de confiança no GDF. "O trabalho da comissão vai ser concentrando nos depoimentos e no levantamento de provas que poderão ajudar na elucidação do caso", afirma Alfredo Brandão.

A Comissão Administrativa já pediu a cartórios de Brasília alguns documentos sobre os bens móveis e imóveis de Fábio Simão, que está afastado do seu cargo e ainda solicitou ao GDF informações sobre a ascensão profissional e os rendimentos do ex-secretário durante o seu período no governo.

Após localizar todos os dados de interesse para o caso, a comissão inicia o trabalho de notificação das pessoas que irão depor. Dois nomes que devem ser ouvidos são os de Fábio Simão e de Leonilson Salvador da Silva, proprietário de empresas usadas para lavagem de dinheiro do esquema PC, a quem Fábio Simão possivelmente passava informações sobre as principais licitações e recursos liberados para as secretarias do GDF.



A Comissão de Inquérito Administrativo criada pelo GDF para apurar denúncia de tráfico de influência começou a ouvir as 18 fitas